

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
Assembleia Legislativa

20 NOV 2007

Protocolo 038/07

Processo 018/07

Recebido e Autuado, inclui-se na  
Pauta

Em 20/11/2007

1º Secretário

Nº 038/07



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

Institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO RESOLVE:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, a Assembleia Legislativa do Estado poderá adotar a licitação na modalidade de pregão, nos termos desta Resolução e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de junho de 2002.

§ 1º. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos de realização do pregão, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

§ 2º. Excluem-se da modalidade de pregão as contratações de obras e serviços de engenharia, as locações imobiliárias e as alienações em geral.

Art. 2º. Pregão é a modalidade de licitação, do tipo menor preço, para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, na qual a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances sucessivos em sessão pública.

§ 1º. Preferencialmente, o pregão será realizado na forma eletrônica, com utilização de recursos de tecnologia da informação, conforme disposto na seção I do capítulo III.

§ 2º. Não sendo viável a realização do pregão na forma eletrônica, desde que devidamente justificada pela autoridade competente, será realizada a licitação na modalidade de pregão presencial.

Art. 3º. Assembleia Legislativa do Estado poderá utilizar seus próprios sistemas eletrônicos ou formalizar termos de cooperação técnica com outros órgãos e entidades públicas ou privadas para a realização do pregão eletrônico.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

**CAPÍTULO II  
DAS FASES DO PREGÃO**

Art. 4º. As fases preparatória e externa do pregão serão realizadas em consonância com o disposto nos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002.

**CAPÍTULO III  
DOS TIPOS DE PREGÃO**

**Seção I  
Do Pregão Eletrônico**

Art. 5º. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela Internet, com utilização de recursos de tecnologia da informação.

§ 1º. O referido sistema utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

§ 2º. O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão licitante, por intermédio do pregoeiro, juntamente com a equipe de apoio.


§ 3º. Para participarem do pregão eletrônico, serão previamente credenciadas, perante o provedor do sistema eletrônico, as autoridades competentes para promover a licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes, com atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível.

Art. 6º. A sessão pública do pregão eletrônico será regida pelas regras especificadas em seu regulamento, observando-se que:

I – do aviso e do edital deverão constar o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão será realizado por meio de sistema eletrônico;

II – a participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço em data e horário previstos no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico;

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO			Nº _____
		PROJETO DE RESOLUÇÃO	
AUTOR MESA DIRETORA			
<p>III – a partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas, que devem guardar perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital;</p> <p>IV – aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;</p> <p>V – os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos referidos lances;</p> <p>VI – durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do proponente;</p> <p>VII – a etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá um período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;</p> <p>VIII - alternativamente ao disposto no inciso anterior, poderá ser previsto em edital o encerramento da sessão pública por decisão do pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances;</p> <p>IX – no caso da adoção do rito previsto no inciso anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação;</p> <p>X – o pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e da decisão pelo pregoeiro de aceitação do lance de menor valor.</p> <p>Art. 7º. Independente de culpa, o licitante é o responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no pregão eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.</p> <p>Parágrafo único. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.</p>			

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

**Seção II**  
**Do Pregão Presencial**

Art. 8º. Nos termos do § 2º do artigo 2º desta Lei, no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública do pregão presencial para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

§ 1º. Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

§ 2º. No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

§ 3º. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no parágrafo anterior, poderão os autores das 03 (três) melhores propostas oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

§ 4º. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

§ 5º. Caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor.

§ 6º. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

§ 7º. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

§ 8º. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

§ 9º. Nas situações previstas no § 5º e no parágrafo anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

**CAPÍTULO IV**  
**DO RECURSO E DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO**

Art. 9º. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

§ 1º. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

§ 2º. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º. Decididos os recursos, ou ocorrendo o previsto no § 1º deste artigo, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

§ 4º. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital.

§ 5º. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo previsto no edital, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no § 8º do artigo anterior.

§ 6º. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 10. Os atos essenciais dos pregões eletrônico e presencial serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle.

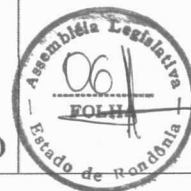
Art. 11. Os pagamentos dos bens e serviços comuns, adquiridos de acordo com o disposto nesta Resolução, serão realizados por ordem cronológica de assinatura do contrato ou, na inexistência deste, por ordem cronológica de empenho.



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLADO

Nº \_\_\_\_\_



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

Art. 12. Aplicam-se subsidiariamente, no que couberem, as regras da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para a modalidade de pregão prevista nesta Resolução.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2007.

Plenário das Deliberações, 20 de novembro de 2007.

~~Deputado Neodi Carlos~~  
~~Presidente~~

Deputado Alex Testoni  
1º Vice-Presidente

Deputado Miguel Sena  
2º Vice-Presidente

Deputado Jesualdo Pires  
1º Secretário

Deputado Chico Paraíba  
2º Secretário

Deputado Ezequiel Neiva  
3º Secretário

Deputado Maurinho Silva  
4º Secretário

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

**JUSTIFICATIVA**

Licitação é o procedimento administrativo realizado pelos órgãos da administração pública direta e indireta para as compras ou serviços contratados pelos governos federal, estaduais e municipais, nos termos da Lei nº 8.666, de junho de 1993. De acordo com a citada Lei, as modalidades de licitações possíveis de serem praticadas são as concorrências, as tomadas de preços, os convites, os concursos e os leilões, conforme o valor e/ou complexidade do bem ou serviço a ser adquirido, num rito processual, não raramente, demorado e oneroso.

A necessidade de uma nova modalidade de licitação que fosse ágil e garantisse uma boa economia para as compras do órgão, levou a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na década passada, através da Lei Geral de Telecomunicações e de seu Regulamento de Contratações, a ser o primeiro órgão a adotar o pregão para as suas compras. Esse regulamento serviu de base para que o Governo Federal, primeiramente através da Medida Provisória nº 2.026, e suas reedições, e posteriormente com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, instituisse no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

O pregão, que basicamente se constitui em um leilão às avessas, iniciou-se com a modalidade presencial e evoluiu para a forma eletrônica, com utilização de moderna e atual tecnologia de informação. Nos dias atuais, a pregão eletrônico é utilizado por diversos estados da Federação, dentre eles, São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de muitos municípios, fundações, autarquias e empresas públicas federais, estaduais e municipais.

Sem exigir investimentos elevados, a compra eletrônica de bens e serviços permite aos órgãos públicos economizar quantias muito significativas, em especial para aqueles que possuem uma receita relativamente pequena. Ademais, a economia não é a única vantagem obtida com as aquisições de bens e serviços pelo pregão eletrônico, visto que elas são também mais ágeis e estabelece uma relação mais transparente com a população, que por meio da Internet pode obter informações sobre as compras realizadas pelo seu Estado ou pela prefeitura de seu município.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

Desde meados do ano de 2003, através de decreto assinado pelo governador do Estado do Espírito Santo, os órgãos públicos daquele Estado estão obrigados a utilizar o pregão eletrônico como forma de adquirir bens e serviços comuns, incluindo medicamentos, material de limpeza e conservação, veículos, serviços terceirizados, desde vigilância a reprografia e manutenção de equipamentos, entre outros.

Conforme já afirmamos acima, não é dispendiosa a implantação dessa modalidade de licitação. Vejam que, para efetivar a realização do pregão eletrônico no Estado, o Governo do Espírito Santo assinou um convênio com o Banco do Brasil, que é o provedor do sistema na Internet.

Dessa forma, diante das inúmeras vantagens do pregão em relação às modalidades tradicionais de licitação, submetemos a apreciação e deliberação dos Membros desta Casa Legislativa o incluso projeto de resolução que "*Institui no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns*", destacando que, de acordo com as disposições expressa no artigo 2º da proposição, todas as licitações para aquisição de bens e serviços comuns serão realizadas, preferencialmente, na modalidade de pregão eletrônico, admitindo-se o pregão presencial somente em caso de não ser viável a realização do pregão na forma eletrônica, desde que devidamente justificada pela autoridade competente.

O projeto de resolução que proposto pela Mesa Diretora tem relação direta com a necessidade de melhorar e facilitar o controle dos atos praticados pela administração desta Casa de Leis, concernentes à aquisição de bens e serviços, de ampliar a disputa entre os fornecedores, de reduzir os custos da aquisição dos bens e serviços e dar celeridade na tramitação dos respectivos processos administrativos. Buscamos, também, implementar modernidade no Poder Legislativo, com a utilização dos recursos da tecnologia da informação, visando o aperfeiçoamento da gestão pública.